

-----ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO
CONCELHO DE ODEMIRA, REALIZADA NO DIA VINTE E TRÊS DE ABRIL DO ANO
DE DOIS MIL E TRÊS:-----

-----Ao vigésimo terceiro dia do mês de Abril do ano de dois mil e três, realizou-se no salão nobre da Junta de Freguesia de Vale de Santiago, do concelho de Odemira, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, presidida pelo senhor Manuel António Dinis Coelho, secretariado pelos senhores Amâncio Francisco Mendes da Piedade (Primeiro Secretário) e António Maria Guerreiro (Segundo Secretário), e convocada pelo primeiro ao abrigo do artigo quadragésimo nono e da alínea b) do número um, do artigo quinquagésimo quarto da Lei número cinco A, barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, conjugado com o disposto na alínea b) do número um do artigo décimo quarto do respectivo Regimento, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

-----I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

- 1. Leitura de expediente;-----
- 2. Apreciação de assuntos de interesse para o concelho.-----

-----II– PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

- 1. Cumprimento do disposto na alínea e) do nº1 do artº 53º da Lei nº 169/99 de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002 de 11/01: apreciação;-----
- 2. Eleição de um representante da Assembleia Municipal de Odemira, para o Conselho Geral do Hospital “Conde do Bracial”: apreciação e deliberação;-----
- 3. Alteração ao Quadro de Pessoal do Município de Odemira: apreciação e deliberação;-----
- 4. Prestação de Contas do Ano 2002: apreciação de deliberação;-----
- 5. Orçamento da Receita e da Despesa e Plano Plurianual de Investimento do ano de 2003: Segunda Revisão: apreciação e deliberação;-----

-----6. Contratos - Programa com as Juntas de Freguesia de Colos, Luzianes-Gare, Relíquias, Santa Clara-a-Velha e Zambujeira do Mar: apreciação e deliberação;-----

-----7. Conselho Municipal de Educação de Odemira: apreciação e deliberação;-----

-----8. Transportes Escolares – Alteração de Valores: apreciação e deliberação.-----

-----III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:-----

-----**ABERTURA DA SESSÃO**-----

-----Pelas dez horas e vinte e cinco minutos, o senhor Presidente da Assembleia declarou, nos termos da Lei, aberta a sessão e, depois de saudar os presentes, passou a palavra ao Primeiro Secretário que procedeu à chamada, tendo-se verificado, após algumas chegadas mais tardias, a presença de trinta e sete membros da Assembleia a saber, os senhores Amâncio Francisco Mendes da Piedade, António Amaro Freire Marreiros Figueira, António Eduardo Guerreiro da Silva, António Manuel de Oliveira Rita Viana, António Maria Guerreiro, Arménio Salgado Silvestre, Augusto Inácio Maria, Carlos José Martins Cortez, Dinis Manuel Campos Nobre, Dulce Loução de Matos Raposo, Fernando José Romão da Silva Valério, Francisco Aleixo Silveira, Helder António Guerreiro, Hélia Maria dos Anjos Guerreiro Lino Patrício, Horácio de Oliveira Gonçalves, Humberto Inácio da Encarnação, João Maria Salvador, Joaquina Maria Eduarda Bernardino, José Alberto Silva de Almeida, José da Silva Valério, José Manuel dos Reis Guerreiro, José Manuel Gonçalves Guerreiro, Aquilino Teixeira (Tesoureiro da Junta de Freguesia de Relíquias, em substituição do senhor José Manuel Guerreiro, Presidente da referida Junta de Freguesia), José Maria Joana, José Vieira Ramos, Leonel Nunes Rodrigues, Luís Ventura Mendonça, Manuel António Dinis Coelho, Manuel Augusto Piegas Marcos, Manuel da Silva Cruz, Manuel José da Silva Correia, Maria Luísa Vilão Palma, Maria Virgínia Constanço Botica, Mário Neves Páscoa Conceição, Paulo Jorge Dias Reis, Raúl Manuel Carrilo da Silva Vicente e Vanda Maria dos Santos Benito da Silva Ribeiro, e a ausência do senhor Justino Augusto Baptista Abreu dos Santos.-----

-----Do executivo da Câmara Municipal de Odemira, esteve presente o senhor António Manuel Camilo Coelho, Presidente da Câmara Municipal de Odemira.-----

-----Reportando-se às faltas verificadas nas sessões anteriores, o senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que, relativamente à sessão extraordinária realizada no dia quinze de Fevereiro do corrente ano, não tinha justificado a falta o senhor José Manuel Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de Relíquias.-----

-----Quanto à sessão ordinária realizada no dia vinte e oito de Fevereiro do corrente ano, não haviam faltas injustificadas.-----

-----Ainda antes de se iniciar o tratamento dos assuntos da Ordem de Trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia manifestou a sua satisfação pela realização da primeira sessão descentralizada do presente mandato e convidou o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Santiago para integrar a Mesa da Assembleia Municipal durante esta sessão.-----

-----**I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----**Ponto um:** LEITURA DE EXPEDIENTE: A exemplo das sessões anteriores, embora todos os presentes se encontrassem munidos de fotocópias dos mapas-resumo da correspondência recebida e expedida desde a última sessão ordinária, o senhor Presidente da Assembleia colocou, os respectivos originais, à disposição de eventuais interessados, para melhor esclarecimento.-----

-----Não havendo qualquer intervenção, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

-----**Ponto dois:** APRECIACÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O CONCELHO: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, registaram-se as seguintes intervenções:-----

-----A senhora Maria Luísa Palma informou que em Vila Nova de Milfontes, na zona da Quinta das Varandas e Duna Parque, existia um problema com as tampas de esgoto existentes

nas ruas. Disse ainda que, com as chuvas mais fortes as tampas levantavam e os detritos invadiam os quintais das habitações;-----

-----A senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, informou que em Janeiro do corrente ano, tinha enviado um ofício ao senhor Presidente da Assembleia, sobre “Funcionários da Câmara Municipal de Odemira ao serviço das Juntas de Freguesia”, e ainda não tinha obtido qualquer resposta.-----

-----O senhor Manuel Cruz considerou que, seria importante que a população fosse previamente informada sobre algumas obras projectadas para o Concelho, nomeadamente a que o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina estava a desenvolver na Praia das Furnas, em Vila Nova de Milfontes.-----

-----Perguntou ainda em que situação se encontravam os Planos de Urbanização de Vila Nova de Milfontes, Zambujeira do Mar e Almogrove e considerou que a concretização dos mesmos, teria um efeito impulsionador na área de construção e conseqüentemente, seria uma mais valia relativamente ao desemprego no concelho de Odemira.-----

-----Por último, referiu que a estrada nacional do Cercal para Vila Nova de Milfontes estava intransitável, nomeadamente junto à Escola das Brunheiras. Face ao exposto questionou para quando estava prevista a sua reparação.-----

-----Às questões colocadas, interveio o senhor Presidente da Câmara que congratulou-se com a realização desta sessão fora da sede do Concelho. Quanto ao problema das tampas de esgoto em Vila Nova de Milfontes, disse que iria expor o assunto à Divisão de Ambiente da Câmara Municipal. Relativamente ao ofício da senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, disse que tinha encaminhado o mesmo para a Secção de Pessoal, pelo que iria verificar o porquê da ausência de resposta.-----

-----Disse que partilhava das preocupação apresentadas pelo senhor Manuel Cruz, relativamente às obras desenvolvidas pelo Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa

Vicentina, na Praia das Furnas, uma vez que esse facto tinha acontecido também com as obras efectuadas na Praia do Almogrove, sobre as quais a Câmara Municipal não foi auscultada.-----

----Quanto aos Planos de Urbanização, informou que tinha havido uma reunião “de acerto definitivo dos planos”. Disse que já tinham efectuado as alterações solicitadas e posteriormente seria remetido à Câmara Municipal o parecer final para abertura de inquérito público.-----

----Por último, informou que o estado da estrada nacional de Cercal a Odemira, assim como de outras no concelho de Odemira, tinha levado a um quase “corte de relações” entre o Presidente da Câmara Municipal e o ICERR – Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária, de Beja.-----

----Disse também que tinham sido assinados os Contratos – Programa com o então senhor Ministro Jorge Coelho, na FACECO realizada no ano de dois mil e um e a partir dessa data, tinham sido elaborados os projectos para reparação de algumas estradas nacionais no concelho, os quais levaram nove meses para aprovação no ICERR. Disse ainda que, no mesmo ano tinham conseguido que fosse colocado em PIDDAC, cerca de um milhão de contos para reparação do troço Cercal - Vila Nova de Milfontes – Portas de Transval. Revelou ainda que tinha solicitado ao senhor Director de Estradas para lançar com uma certa urgência o concurso em causa, uma vez que iria haver um orçamento rectificativo e a verba poderia ficar bloqueada, facto que não foi tido em conta e a estrada estava nas péssimas condições que todos podiam testemunhar.-----

----Ainda em relação a este assunto, referiu que o ICERR teimava em reparar as estradas que estavam minimamente em bom estado, que era o caso do troço de Odeceixe a Odemira e ignorava as estradas mais degradadas, tal como o troço de São Luís a Odemira.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia que, em relação ao problema das estradas nacionais no concelho de Odemira, bem como ao atraso na aprovação dos Planos de Urbanização, propôs que fosse aprovado o seguinte texto:-----

-----“**PROPOSTA**-----

-----A Assembleia Municipal de Odemira, deliberou por unanimidade, na sua sessão ordinária de 23/04/2003, o seguinte:-----

-----A) Expressar junto das entidades competentes a sua preocupação pelo atraso nas decisões relativas à apreciação dos Planos de Urbanização de Vila Nova de Milfontes, Almogrove, Zambujeira do Mar, Carrascal e Cruzamento do Almogrove.-----

-----A Assembleia Municipal entende que a implementação destes planos contribuirá para atenuar a crise de desemprego que já se faz sentir no sector da construção deste Concelho;-----

-----B) Expressar junto das entidades competentes a sua preocupação pelo estado geral crítico em que se encontram as estradas nacionais que atravessam o Concelho:-----

-----E.N. 390 que liga o Cercal a Vila Nova de Milfontes;-----

-----E.N. 393 que liga V. N. Milfontes à E.N. 120 junto às Portas de Transval;-----

-----E.N. 120 entre Odemira e o limite do Concelho;-----

-----E.N. 266 entre Luzianes-Gare e o limite do Concelho a Sul;-----

-----E.N. 389 entre o Cercal do Alentejo e Garvão.-----

-----A indústria do turismo deste concelho, depende do bom estado destas estradas.-----

-----C) Eleger uma Comissão representativa da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal que peça uma audiência aos senhores Ministro e/ ou Secretário de Estado que superintende no sector, tendo em vista a superação das questões do estado das estradas.-----

-----A Comissão de Trabalho é constituída:-----

-----*Presidente da Assembleia Municipal* – Manuel António Dinis Coelho-----

-----*P.S.* – Raúl Manuel Carrilo da Silva Vicente, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes;-----

-----*C.D.U.* – Fernando José Romão da Silva Valério;-----

-----*P.S.D.* - António Amaro Freire Marreiros Figueira”.-----

-----Interveio o senhor Raúl Vicente, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, que informou que também tinha enviado um ofício ao ICERR, relativamente ao estado da estrada nacional número trezentos e noventa e três que ligava Vila Nova de Milfontes ao cruzamento das Portas de Transval. Revelou que o descontentamento era geral, quanto ao mau estado da referida estrada e havia inclusivamente intenção da população em se manifestar através do corte da mesma.-----

-----Interveio o senhor Manuel Cruz que considerou, que a construção da auto-estrada para o Algarve, promovia um desvio do Turismo do concelho de Odemira, pelo que se não houvessem acessos em condições esse desvio seria mais acentuado.-----

-----Interveio o senhor José Valério, Presidente da Junta de Freguesia de Luzianes-Gare que informou que a estrada nacional número duzentos e sessenta e seis, de Luzianes-Gare ao limite do Concelho também estava bastante degradada.-----

-----Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da Proposta em causa, a qual foi devidamente aprovada por unanimidade, com vinte e seis votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e um voto a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, quando estavam presentes trinta e sete membros da Assembleia.-----

-----Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

-----**II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**-----

-----**Ponto um:** CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO DA LEI NÚMERO CINCO A BARRA DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO QUE VEIO INTRODUIR ALTERAÇÕES À LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO: Neste ponto registaram-se as seguintes intervenções:-----

-----O senhor Manuel Cruz referindo-se à quinta página do Relatório de Actividades, perguntou o porquê da assinatura dos Protocolos de Colaboração estabelecidos entre o Município de Odemira e a SECOTOUR e a Associação de Beneficiários do Mira.-----

-----O senhor José Valério, Presidente da Junta de Freguesia de Luzianes-Gare, solicitou esclarecimentos relativamente ao Plano de Electrificações até dois mil e seis, constante na décima sétima folha do presente relatório.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia referindo-se à terceira folha do Relatório, solicitou esclarecimentos relativamente a abertura da Conta Bancária para o Projecto do Gabinete de Apoio à Função Parental.-----

-----Às questões colocadas, interveio o senhor Presidente da Câmara que informou que o Protocolo de Colaboração com a SECOTOUR era uma repetição do que já se havia efectuado em anos anteriores. Disse ainda que a SECOTOUR era uma empresa que já trabalhava há alguns anos com a Câmara Municipal de Odemira, na divulgação turística do Concelho, promovendo visitas com empresários estrangeiros.-----

----Quanto ao Protocolo de Colaboração com a Associação de Beneficiários do Mira, informou que se tratava da cedência de instalações. Relativamente à relação das electrificações, informou que posteriormente remeteria a cada Junta de Freguesia, um mapa da situação dos projectos de electrificação. Disse ainda que tinha solicitado à EDP – Distribuição de Energia, S.^a - Beja, informação sobre os projectos e as obras que conseguiam fazer até ao ano de dois mil e seis.----

----Por último, informou que relativamente à abertura da Conta Bancária para o PGAFP, que se tratava do seguimento dos Projectos “Ser Criança” e “Crescer para Ser”.-----

-----Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

-----**Ponto dois:** ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA, PARA O CONSELHO GERAL DO HOSPITAL “CONDE DO

BRACIAL”: Ao dar-se inicio ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Assembleia que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----**PROPOSTA**-----

--ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA,--

-----PARA O CONSELHO GERAL DO HOSPITAL “CONDE DO BRACIAL”-----

-----Na sessão ordinária deste órgão realizada no dia 27/02/2002, foi eleito representante da Assembleia Municipal de Odemira, para o Conselho Geral do Hospital “Conde do Bracial”, o senhor António Joaquim Gonçalves, membro eleito pelo Partido Socialista;-----

-----Considerando que na sessão ordinária realizada no passado dia 28/02/2003, foi aprovado por maioria, o pedido de suspensão do mandato do citado membro, pelo período máximo previsto na Lei:-----

-----**Proponho**, que seja efectuada nova eleição de um representante da Assembleia Municipal de Odemira, para o Conselho Geral do Hospital do “Conde do Bracial”.-----

-----Foi apenas proposto pelo Partido Socialista, o nome do senhor António Maria Guerreiro, para representante deste órgão no Conselho Geral do Hospital “Conde do Bracial”.--

-----Nos termos do número três do artigo nonagésimo da Lei número cinco A, barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove, barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, foi deliberado por consenso que se procedesse à votação por escrutínio secreto, tendo-se obtido o seguinte resultado:-----

-----VOTANTES: trinta e sete;-----

-----VOTOS A FAVOR: Vinte e nove votos;-----

-----VOTOS CONTRA: um voto;-----

-----VOTOS (ABSTENÇÃO): sete votos.-----

-----Em face do exposto, foi eleito por maioria, o senhor António Maria Guerreiro, membro

eleito pelo Partido Socialista.-----

-----**Ponto Três:** ALTERAÇÃO AO QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE ODEMIRA: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara que explicou o porquê da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivado no Maço de documentos da presente sessão:-----

-----“ ALTERAÇÃO AO QUADRO DO PESSOAL:- O Gabinete do Senhor Presidente da Câmara apresentou para apreciação e votação, na reunião da Câmara Municipal do dia 16 de Abril último, uma proposta de alteração ao Quadro do Pessoal do Município.-----

-----A proposta de alteração surge essencialmente pela necessidade de adaptar o Quadro à actual realidade em termos de grupos, carreiras e categorias entretanto criadas por diversa legislação, actualizar o mesmo em função das necessidades dos serviços e, por esta via, ajustar as dotações respectivas.-----

-----Apreciado o assunto, deliberou a Câmara Municipal aprová-lo, por unanimidade e remetê-lo à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação”-----

-----Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da presente proposta, a qual foi aprovada por unanimidade, com vinte e seis votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e um voto a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, quando estavam presentes trinta e sete membros da Assembleia.-----

-----**Ponto quatro:** PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE DOIS MIL E DOIS: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve e que irá ficar arquivada no Maço de documentos da presente sessão.-----

-----“RELATÓRIO DE GESTÃO E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2002:- A Divisão Financeira apresentou para apreciação e votação da Câmara

Municipal o Relatório de Gestão e os documentos de Prestação de Contas respeitante ao ano de 2002.-----

-----Apreciado o Relatório de Gestão e os documentos de Prestação de Contas, foram os mesmos aprovados por maioria, com quatro votos a favor dos Eleitos pelo Partido Socialista e três votos contra dos Eleitos pela Coligação Democrática Unitária.”-----

-----Interveio o senhor Manuel Cruz que lamentou a baixa execução orçamental e que as dívidas da Câmara Municipal se aproximassem dos valores indicados por ele em anteriores sessões.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia que referindo-se à nona folha do Relatório de Gestão, questionou sobre a diferença entre “revisões” e “alterações” orçamentais, e bem assim perguntou como tinham compensado o desequilíbrio entre as receitas correntes e as despesas correntes.-----

-----Por último, referindo-se à vigésima primeira folha do Relatório de Gestão, solicitou esclarecimentos sobre “encargos de cobrança de receitas”.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara que informou que a situação do Município de Odemira era um pouco melhor do que a generalidade dos restantes Municípios, uma vez que ainda conseguiam ter alguma verba em “receitas próprias”. Considerou ainda que o descontrolo derivava da generalidade das Câmaras Municipais do Alentejo, fundarem os seus Planos de Actividades, no Quadro Comunitário de Apoio.-----

-----Revelou também que cerca de setenta por cento dos investimentos do Município dependiam claramente do Quadro Comunitário de Apoio, e bem assim que tinham aproximadamente dois milhões de contos de candidaturas em apreciação.-----

-----Informou ainda que, com “as novas regras para efectuarem as candidaturas”, tinham primeiro de lançar as empreitadas, fazer as adjudicações ou as escrituras, ou seja, tinham de criar o compromisso financeiro. Revelou ainda que, frequentemente, tinham as obras

executadas e praticamente pagas mas as candidaturas ainda não estavam aprovadas, facto que iria originar o aumento da dívida.-----

----Informou também que, se o Quadro Comunitário de Apoio tivesse “funcionado”, o Município de Odemira teria tido uma execução orçamental de cerca de oitenta a noventa por cento.-----

----Informou ainda que “alteração orçamental” designava a forma de movimentar verbas entre rubricas, enquanto que “revisão” designava a forma de colocar novos investimentos ou alterar o valor global do orçamento.-----

----Relativamente ao desequilíbrio entre receitas correntes e despesas correntes, informou que a Lei estipulava uma regra do equilíbrio orçamental. Disse também que os “encargos de cobrança de receitas”, eram a percentagem que tinham de pagar relativamente aos recebimentos da SISA, da Contribuição Autárquica, entre outros.-----

----Por último, realçou o trabalho desenvolvido pelos funcionários da Divisão Financeira, Contabilidade e Informática, da Câmara Municipal de Odemira, para conseguirem apresentar um documento, do ponto de vista técnico, irrepreensível e que retractava fielmente a situação do Município.-----

-----Interveio o senhor Salustiano Lourenço, Chefe da Divisão Financeira do Município de Odemira, que agradeceu as palavras do senhor Presidente da Câmara Municipal. Disse também que tinham de facto tido muito trabalho para, em tempo útil, terem o documento em causa concluído. Disse ainda que tinham elaborado um documento, de uma forma pedagógica, de modo a ser perceptível por todas as pessoas, designadamente as que não tinham formação técnica para o efeito.-----

----Informou também que neste documento, poderiam ver nitidamente o que o Município “tinha” e o que “devia”, através do indicador “Património Líquido”, que era bastante elevado, o que significava que a Câmara Municipal poderia estar tranquila em termos financeiros e

patrimoniais. Quanto ao que o senhor Manuel Cruz tinha referido, relativamente às dívidas da Câmara Municipal informou que, no final do ano transato a dívida assumia uma proporção não alarmante, mas preocupante, no entanto tinham sido tomadas as devidas precauções na altura certa, de forma a que actualmente, a dívida pouco ultrapassava os duzentos mil euros e não existiam fornecedores a reclamar pagamentos atrasados.-----

-----Por último e relativamente aos fundos estruturais, informou que na vigésima oitava folha do Relatório de Gestão, tinha tido a preocupação de demonstrar a situação de todas as candidaturas que tinham feito junto da Comissão de Coordenação da Região do Alentejo, no âmbito do terceiro Quadro Comunitário de Apoio.-----

-----Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação do presente documento, o qual foi devidamente aprovado por maioria, com vinte e seis votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e uma abstenção dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, quando estavam presentes trinta e sete membros da Assembleia.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara que, relativamente à votação deste documento, referiu que compreendia as razões políticas dos votos contra dos membros eleitos directos pela Coligação Democrática Unitária, no entanto lamentava os votos contra dos senhores Presidentes das Juntas de Freguesia eleitos pela Coligação Democrática Unitária. Lamentou ainda que não houvesse reconhecimento e não se tivesse dado valor ao esforço que a Câmara Municipal tinha feito, quer a nível de transferências financeiras quer a nível de obras, nas referidas Freguesias.-----

-----Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

-----**Ponto cinco:** ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DO ANO DE DOIS MIL E TRÊS – SEGUNDA

REVISÃO: Ao dar-se início ao tratamento deste ponto da Ordem de Trabalhos, interveio o senhor Presidente da Câmara que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos da presente sessão:-

-----“ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA PARA O ANO DE 2003 –

SEGUNDA REVISÃO:- Procedeu-se à apreciação da 2ª Revisão ao Orçamento da Recita e da Despesa para o ano de 2003, elaborada nos termos do Decreto-Lei nº.54-A/99 de 22 de Fevereiro (POCAL), que apresentava os seguintes valores:-----

-----Orçamento da Receita: Inscrições/Reforços - 1.609.008,95 (UM MILHÃO, SEISCENTOS E NOVE MIL E OITO EUROS E NOVENTA E CINCO CÊNTIMOS);
Diminuições/Anulações: € 18.750,00 DEZOITO MIL, SETECENTOS E CINQUENTA EUROS).-----

-----Orçamento da Despesa: Inscrições/Reforços - € 1.848.300,00 (UM MILHÃO, OTOCENTOS E QUARENTA E OITO MIL E TREZENTOS EUROS);
Diminuições/Anulações: € 258.041,05 (DUZENTOS E CINQUENTA E OITO MIL E QUARENTA E UM EUROS E CINCO CÊNTIMOS).-----

-----“PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA O ANO DE 2003 –

SEGUNDA REVISÃO:- Procedeu-se à apreciação da 2ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2003, elaborada nos termos do Decreto-Lei nº.54-A/99 de 22 de Fevereiro (POCAL), que apresentava os seguintes valores:-----

-----Inscrições/Reforços: € 966.000,00 (NOVECENTOS E SESSENTA E SEIS MIL EUROS);-----

-----Diminuições/Anulações: € 435.000,00 (QUATROCENTOS E TRINTA E CINCO MIL EUROS).-----

-----Depois de analisados os referidos documentos, que vão ficar arquivados no maço de documentos respeitantes à presente acta, a Câmara Municipal deliberou aprová-los, por

maioria, com quatro votos a favor dos Eleitos pelo Partido Socialista e três votos contra dos Eleitos pela Coligação Democrática Unitária”.-----

-----Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da presente proposta, a qual foi devidamente aprovada por maioria, com vinte e seis votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e uma abstenção dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, quando estavam presentes trinta e sete membros da Assembleia.-----

-----**Ponto seis: CONTRATOS – PROGRAMA COM AS JUNTAS DE FREGUESIA DE COLOS, LUZIANES-GARE, RELÍQUIAS, SANTA CLARA-A-VELHA E ZAMBUJEIRA**

DO MAR: Ao dar-se início ao tratamento deste ponto da Ordem de Trabalhos, interveio o senhor Presidente da Câmara que explicou a razão da apresentação das propostas que seguidamente se transcrevem e que irão ficar arquivadas no maço de documentos da presente sessão:-----

-----“**CONTRATOS – PROGRAMA COM AS JUNTAS DE FREGUESIA DE COLOS, LUZIANES-GARE, RELÍQUIAS, SANTA CLARA-A-VELHA E ZAMBUJEIRA DO MAR:-**

O Gabinete do Senhor Presidente da Câmara apresentou na reunião da Câmara do dia 16 de Abril último uma proposta de contratos-programa a estabelecer com as Juntas de Freguesia de Colos, Luzianes-Gare, Relíquias, Santa Clara-a-Velha e Zambujeira do Mar, a fim da mesma ser apreciada e votada.-----

-----Os contratos-programa visam a possibilidade de cometer às Juntas de Freguesia a execução de pequenas obras, consideradas importantes para as populações da sua área de influência.-----

-----Apreciado o assunto, deliberou a Câmara Municipal, por unanimidade, aprovar e conceder plenos poderes ao Senhor Presidente da Câmara para outorgar em representação do

Município.-----
-----Mais deliberou a Câmara Municipal, por unanimidade, remeter o assunto à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação”.-----
-----Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da presente proposta, a qual foi devidamente aprovada por unanimidade, com vinte e seis votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e um voto a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, quando estavam presentes trinta e sete membros da Assembleia.-----
-----**Ponto sete: CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ODEMIRA:** Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve na íntegra:-----
-----“CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ODEMIRA:- Foi presente a Informação nº. 123, datada de 12/03/2003, da Divisão de Educação e Cultura informando acerca da constituição do conselho supra-mencionado, a fim de dar cumprimento ao Decreto-Lei nº. 7/2003, de 15 de Janeiro, propondo-se ser constituído da seguinte forma: o Presidente da Câmara Municipal que preside, o Presidente da Assembleia Municipal, o Vereador responsável pela educação, que assegura a substituição do Presidente nas suas ausências e impedimentos; o Director Regional de Educação com competências na área do Município ou quem este designar em sua substituição. Integram ainda o Conselho Municipal de Educação (desde que as estruturas representadas existam no Município) os seguintes representantes: Fernando Manuel Rodrigues de Almeida, representante do pessoal docente do ensino secundário público; Leonardo de Oliveira Verde Bento, representante do pessoal docente do ensino básico público; Maria Filomena Vilhena Gonçalves, representante do pessoal docente da educação pré- escolar pública; Natália Maria de Brito Pacheco Cabecinha, Directora Pedagógica do Colégio de Nossa Senhora da Graça (Instituto Nossa Senhora de Fátima), representante dos estabelecimentos de

educação e de ensino básico e secundário privados; Raúl Alberto Falcão Nobre de Almeida e Pedro Maria Utra Machado Pinto Leite, representantes das associações de pais e encarregados de educação; Alexandre Miguel Gonçalves Gonçalves, Presidente da Associação de Estudantes da Escola Secundária de Odemira, representante das associações de estudantes; Maria Teresa Guerreiro Geraldo, representante das instituições particulares de solidariedade social que desenvolvam actividade na área da educação; Expedito Ribeiro, Delegado de Saúde, representante dos serviços públicos de saúde; Maria de Fátima Rodrigues da Costa Brito, técnica superior de serviço social, representante dos Serviços de Segurança Social; Maria Margarida Baltazar, directora do Centro de Emprego de Sines, representante dos serviços de Emprego e Formação Profissional; Maria Filomena Alvaredo, delegada regional do IPJ, representante dos serviços públicos da área da juventude e do desporto; Américo Simões Oliveira, adjunto do Comando no Destacamento Territorial de Vila Nova de Milfontes, representante das forças de segurança.-----

-----Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos, devendo ser presente à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação”.-----

-----Interveio a senhora Vanda Ribeiro que informou, que não estava contra o Conselho Municipal de Educação, nem contra as pessoas que faziam parte da sua composição, no entanto discordava com o facto das pessoas serem nomeadas e não eleitas.-----

-----Interveio o senhor António Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Colos, que lamentou o facto de nenhum elemento das Juntas de Freguesia do Concelho fizesse parte da composição deste Conselho Municipal.-----

-----Interveio a senhora Maria Luísa Palma que informou que iria votar contra, não por estar contra o Conselho Municipal de Educação ou contra a sua composição, mas pelo facto dos elementos constituintes terem sido nomeados e não eleitos.-----

-----Interveio a senhor Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que informou, que estava contra o espírito da Lei que criava os Conselhos Municipais de Educação. Considerou ainda que, apesar da Lei estipular a nomeação dos elementos que compunham os Conselhos Municipais, nada impedia que tivesse havido uma eleição prévia e posteriormente a nomeação.-----

----Por último, referiu que partilhava a opinião do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Colos.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia que informou, que partilhava inteiramente das opiniões anteriormente expressas.-----

-----Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da presente proposta, a qual foi aprovada por maioria, com vinte e cinco votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, um voto a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, oito votos contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, uma abstenção dos membros eleitos pelo Partido Socialista e duas abstenções dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes trinta e sete membros da Assembleia.-----

-----**Ponto oito: TRANSPORTES ESCOLARES – ALTERAÇÃO DE VALORES**: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----“TRANSPORTES ESCOLARES:- Foi presente a Informação nº.9, datada de 28/03/03, proveniente da Divisão Financeira, dando conhecimento que relativamente à alteração dos Protocolos de Delegação de Competências celebrados entre este Município e várias Freguesias, no âmbito dos transportes escolares, a Freguesia de Santa Maria não efectua desde Janeiro do corrente ano transportes escolares, tendo-lhe sido, no entanto, transferida mensalmente a verba protocolada, pelo que se propôs que a verba transferida desde o início do ano seja deduzida em futuras transferências.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar e remeter à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação:-----

-----TRANSPORTES ESCOLARES – ALTERAÇÃO DE VALORES: - Foi presente à reunião a informação nº 143, datada de 21/03/03, proveniente da Divisão de Educação e Cultura, referindo haver necessidade de proceder à alteração dos protocolos celebrados com as Juntas de Freguesia de Colos e Luzianes-Gare, de acordo com o previsto na alínea d) do nº 4, do Artigo 5º do Protocolo de Delegação de Competências, devido à alteração de percursos. Relativamente às restantes Juntas de Freguesia deverá ser efectuado o acerto uma vez que o preço a pagar por quilómetro aumentou.-----

-----As Juntas de Freguesia que facultam o transporte ao alunos, receberão deste Município, como contrapartida, uma importância mensal, que variará de Freguesia para Freguesia, em função do número de quilómetros a percorrer, prevendo-se o pagamento de € 0,42 (QUARENTA E DOIS CÊNTIMOS) por quilómetro em estrada pavimentada e € 0,50 (CINQUENTA CÊNTIMOS) em estrada de terra batida.-----

-----A Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade aprovar nos termos propostos, devendo ser presente à Assembleia Municipal para apreciação e aprovação”.-----

-----Interveio o senhor António Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Colos, que informou, que desde Setembro do ano transacto, estavam a fazer cerca de oitenta quilómetros a mais, nos transportes escolares.-----

-----Interveio o senhor Raúl Vicente, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, que informou que a sua Junta de Freguesia recebia dois valores distintos pelos quilómetros efectuados, uma vez que o transporte na ambulância tinha um valor e o transporte escolar, tinha outro.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara que chamou a atenção dos membros presentes para a diferença de valores atribuídos pelo transporte escolar ou feito pela ambulância. Referiu

que, enquanto os Bombeiros Voluntários recebiam trinta e três cêntimos por quilómetro quer se tratasse ou não de estrada pavimentada, a legislação obrigava a Câmara Municipal a pagar às Juntas de Freguesia, cinquenta cêntimos se fosse caminho de terra batida e quarenta e dois cêntimos se fosse em estrada pavimentada.-----

-----Interveio o senhor José Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, que informou que tinham proposto aos Bombeiros Voluntários de Odemira a abertura de uma secção em São Teotónio, porém a resposta por parte daquela Associação tinha sido impensável.-----

-----Interveio o senhor Manuel Cruz que considerou, que todas as Associações tinham os seus problemas. Referiu que em Vila Nova de Milfontes, tinham recentemente criado um movimento que iria, numa primeira fase, ser um destacamento dos Bombeiros Voluntários de Odemira, e bem assim revelou que da parte dos Bombeiros Voluntários, tinham tido uma boa recepção.-----

-----Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da presente proposta, a qual foi devidamente aprovada por unanimidade, com vinte e seis votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e um voto a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, quando estavam presentes trinta e sete membros da Assembleia.-----

-----**III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:**-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao senhor Carlos Cortez, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Santiago que disse o seguinte: “Quero agradecer a presença do senhor Presidente da Assembleia e da Câmara Municipal, dos meus colegas Presidentes das Juntas de Freguesia e dos senhores deputados Municipais, (...) Para as terras do interior, no caso de Vale de Santiago, que são terras pequenas, com pouca população é importante que sejam visitadas, principalmente pelas entidades políticas máximas do Concelho

de Odemira. Quero apenas lembrar ao senhor Presidente da Câmara que, nesta freguesia ainda estão algumas obras por fazer. Muito obrigado a todos!”-----

-----Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA**-----

-----Nos termos do artigo nonagésimo segundo da Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, foram aprovadas em Minuta todas as deliberações tomadas para que produzam efeitos imediatos, por unanimidade, correspondendo a vinte e seis votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e um voto a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, quando estavam presentes trinta e seis membros da Assembleia.

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO**-----

-----Não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão pelas treze horas.-----

-----De tudo, para constar, se lavrou a presente acta que, nos termos da Lei, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal e pelos Secretários.-----

-----O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,-----

-----O PRIMEIRO SECRETÁRIO,-----

-----O SEGUNDO SECRETÁRIO,-----